

DITADURAS, RESISTÊNCIAS E MEMÓRIAS: DITADURAS IBERO-AMERICANAS EM PERSPECTIVA COMPARADA

PAULO RENATO DA SILVA E FERNANDO MARTINS

O estudo dos regimes ditatoriais que marcaram a história do século XX nas suas mais variadas vertentes é hoje, e certamente continuará a sê-lo nos próximos anos, um ramo particularmente viçoso, ainda que por vezes demasiado utilitarista, tanto da historiografia como de outras disciplinas do conhecimento na área das chamadas ciências humanas e sociais. No entanto, mais modesto tem sido o estudo comparativo daquelas ditaduras, especialmente no âmbito do universo “ibero-americano”. Daí que o conjunto de estudos aqui apresentados seja, em primeiro lugar, uma tentativa para normalizar e aprofundar o estudo comparativo das ditaduras ibero-americanas, embora a generalidade dos trabalhos aqui publicados analise casos nacionais considerados individualmente e não análises em que sejam tidas em conta duas ou mais realidades nacionais. Por outro lado, os textos publicados versam, no essencial, casos de análise de situações de resistência a regimes ditatoriais e/ou de episódios de estudo da memória, ou memórias, em torno de experiências sociais e políticas vivenciadas durante a existência daqueles regimes. Estas duas perspectivas de análise – resistência e memória – foram propostas pelos organizadores desta compilação e aceites por um conjunto de estudiosos que representa aquele que é um campo de estudo em processo de crescimento e consolidação. Sublinhe-se, porém, que o enfoque dado ao estudo da resistência e da memória é sempre

feito numa perspectiva histórica, embora enriquecidas pelos contributos que a esta são dados pelos estudos literários, pela sociologia ou pela antropologia. Por este facto, criam-se e desenvolvem-se oportunidades de investigação, análise e síntese que têm feito e continuarão a fazer o seu caminho com o objetivo de renovarem a historiografia.

Ao longo de décadas, o estudo histórico das ditaduras fez-se privilegiando uma análise das suas origens, fundamentos ou causas sociais. Esta perspectiva social, que também incluía a questão da reprodução ou substituição social das elites sob a vigência de regimes autoritários, foi paralela a outras que favoreciam a análise daquelas que seriam as causas económicas, os resultados económicos e os modelos de desenvolvimento económico experimentados por regimes autoritários, a par daquelas que seriam as práticas de apropriação, reprodução, distribuição e reposição, pelas elites regimentais, da riqueza produzida. Finalmente, os estudos sobre as ditaduras também se dedicaram ao longo de décadas àquilo que poderíamos definir como a caracterização e definição político-ideológica dos regimes ditatoriais, fossem eles de esquerda ou de direita e de feição autoritária ou totalitária. Todas estas perspectivas que poderiam ser definidas como clássicas, a par de

algumas outras aqui não citadas, embora subentendidas, não só continuam vivas como são imprescindíveis para que se possa ter um conhecimento mais aprofundado e diversificado sobre aquilo que foram as ditaduras do século XX, independentemente de muitos regimes ditatoriais não só não terem desaparecido com a viragem do século, como ter sucedido a sua renovação e (re)consolidação. Este conjunto de textos reconhece e aceita este legado, mas procura ir mais além. Trata-se, pois, e tão somente, de uma primeira apresentação à qual outras, na altura própria, sucederão.

Em *De Renacimiento glorioso a usurpación criminal: las sucesivas visiones del franquismo en el relato cinematográfico español*, José Antonio Rubio Caballero analisa como a produção cinematográfica espanhola representou a Guerra Civil (1936-1939) e a consequente ditadura do general Francisco Franco (1936-1975). Ao analisar a produção cinematográfica desde os primeiros anos da ditadura até o início do século XXI – o que contempla, também, o período da transição e consolidação da democracia –, o autor mostra como as representações sobre a guerra e o franquismo estão associadas a necessidades dos governos de turno e, sobretudo nos últimos anos, a demandas apresentadas por diferentes sujeitos e grupos políticos e sociais. A extensa e representativa lista de filmes analisada pelo autor indica a solidez da pesquisa e abre caminho para ampliar o conhecimento sobre o franquismo e a produção cinematográfica espanhola, ainda bastante desconhecidos em países como o Brasil. Além disso, independentemente do tema, as cinco perguntas que o autor faz na introdução do artigo às obras analisadas representam um procedimento metodológico valioso para todos

aqueles que desejam pesquisar as relações entre Cinema e História. Finalmente, o artigo se destaca por analisar a produção cinematográfica recente para além das fronteiras espanholas. Para José Antonio Rubio Caballero, a forte crítica ao franquismo e à transição pactuada, presente nas obras recentes, representaria um “dever de memória” frente ao presenteísmo pós-moderno. Em *Contexto sócio-político e ações governamentais condicionadoras para a arquitetura das escolas públicas do Estado de Minas Gerais / Brasil no período da ditadura militar*, Cássio de Lucena Carvalho indica como a arquitetura escolar foi um tema central para a ditadura instaurada em 1964 no Brasil. Baseado em Foucault, em legislação daqueles anos e em bibliografia específica, o autor aponta que a arquitetura escolar, assim como a reforma do currículo, estava profundamente relacionada ao autoritarismo dos governos do período. O artigo é fruto de pesquisa de doutorado em andamento e a escolha dos casos a serem analisados visará detectar o controle pretendido sobre a interação de estudantes, professores e demais servidores da escola.

Em *La Toma del Espacio Público. El Movimiento por los Derechos Humanos en el Paraguay en la Década de los Ochenta*, Maite Sobrino González desenvolve uma história dos movimentos pró-direitos humanos no Paraguai durante a ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989), uma das mais longevas da América Latina. Além de apresentar um conjunto de ativistas e grupos que se tornaram referências na luta pelos direitos humanos no país, o artigo se destaca por apontar os movimentos fundados no exterior por paraguaios exilados. Além disso, a autora mapeia as conexões que a oposição paraguaia a Stroessner – seja aquela que atuava no país ou fora dele – tecia com a resistência às ditaduras de países vizinhos como a Argentina. Maite Sobrino González mostra como essas conexões envolveram

inclusive países europeus. Ao focar nessas conexões, o artigo dá uma contribuição importante para questionar o “isolamento” comumente atribuído ao Paraguai. Por falar em conexões, vale registrar o interessante percurso da pesquisadora: trata-se de uma espanhola que desenvolve seu doutorado sobre Paraguai no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Ainda sobre a luta em defesa dos direitos humanos, Marcos Tolentino explora a inserção dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção na Argentina nos movimentos pró-direitos humanos no país. O autor detecta uma lacuna: na memória e historiografia sobre a última ditadura militar argentina (1976-1983) é recorrente que a defesa pelos direitos humanos no país seja associada sobretudo aos familiares dos desaparecidos, reunidos em grupos como Avós da Praça de Maio, o que deixa em segundo plano a atuação dos sobreviventes. Em *Ex detenidos-desaparecidos, militantes pelos direitos humanos. As modalidades de inserção dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção no movimento argentino pelos direitos humanos*, Tolentino apresenta explicações sobre essa diferenciação na memória e na historiografia, destaca as cobranças e desconfianças enfrentadas pelos sobreviventes e ressignifica o seu papel para além de “vítimas” ao mostrá-los atuantes na defesa pelos direitos humanos na Argentina. O artigo é fruto de um doutorado em desenvolvimento e é um exemplo da maturidade das pesquisas sobre a América Latina desenvolvidas no Brasil. A memória da ditadura também é o tema de Livia de Barros Salgado em *As “testemunhas” e as “vítimas” no trabalho da Comissão da Verdade no Brasil*. A autora defende que a instalação da Comissão da Verdade inseriu o Brasil no grupo de países que tentam lidar com as heranças do passado autoritário a partir dos marcos da “justiça de transição”.

Livia de Barros Salgado explica algumas das principais características dos testemunhos sobre experiências traumáticas e apresenta um panorama de sua importância em termos jurídicos e históricos – marcando as devidas diferenças entre os dois âmbitos. Além disso, conforme indica o título, o cerne do artigo é apresentar e analisar o emprego dos conceitos de “testemunha” e “vítima” pela Comissão da Verdade, mas também por políticas anteriores de reparação aos perseguidos pela ditadura. Patrimônio e memória são os temas de Elson Luiz Mattos Tavares da Silva em *A preservação de edifícios da repressão no contexto das reaberturas políticas após as ditaduras militares no Brasil e na Argentina*. Conforme indica o título, o período analisado é o pós-ditatorial e o objetivo do artigo é comparar dois memoriais da resistência aos militares, criados em lugares que serviram à repressão das ditaduras brasileira e argentina: o Memorial da Resistência, em São Paulo, e o Archivo Provincial de la Memoria, em Córdoba. O autor traça uma interessante relação entre a concepção dos memoriais e os processos de transição para a democracia nos dois países, especialmente no que se refere à maior mobilização social e política que teria marcado o caso argentino. O artigo defende que o memorial de Córdoba, na Argentina, remonta de modo mais efetivo à historicidade do local como um ex-centro da repressão, enquanto o caso brasileiro seria marcado por processos de “apagamento” que teriam tornado o espaço “asseado” e “asséptico”.

Além do trabalho de Maite Sobrino González sobre o movimento pró-direitos humanos no Paraguai, outro bom exemplo de diálogo com a perspectiva transnacional e conectada é o artigo *A Reelaboração das Representações do Exílio Argentino na Imprensa Espanhola no Início do Processo de Madri (1996-1997)*, de Ana Carolina Balbino. A autora enfoca a abertura do

processo na justiça espanhola contra os militares argentinos envolvidos na repressão praticada pela ditadura instaurada em 1976. O artigo mostra como a cobertura do caso pelos jornais *La Vanguardia* e *El País* mobilizou a opinião pública espanhola e os exilados argentinos que tinham se estabelecido na Espanha ao fugirem da ditadura; mostra, ainda, como o caso criou embaraços para o governo do presidente argentino Carlos Menem (1989-1999), favorável aos indultos aos repressores. Ana Carolina Balbino aponta como o “Processo de Madri” permitiu mudara imagem dos exilados, outrora “culpabilizados” por suas atividades e posições políticas, as quais teriam provocado o exílio.

A resenha de Paulo Renato da Silva sobre o livro *A Ponte Inevitável: a História da Ponte 25 de Abril*, de Luís Ferreira Rodrigues (2016), encerra o dossiê. O livro tratada história da ponte que liga as cidades de Lisboa – na margem norte do Rio Tejo – e Almada – na margem sul. A ponte foi uma das obras icônicas da ditadura do Estado Novo português (1933-1974). O livro foi lançado em meio ao aniversário de 50 anos da ponte e é representativo de algumas das principais polêmicas que marcam a memória do período. Para Paulo Renato da Silva, o livro tem o mérito de mostrar que a ponte tem uma história e uma importância que transcendem o período da ditadura. Contudo, *A Ponte Inevitável* “amenizaria” os problemas vividos pela sociedade portuguesa durante a ditadura, especialmente as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que construíram a ponte.

Paulo Renato da Silva
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana (UNILA)
paulo.silva@unila.edu.br

Fernando Martins
Universidade de Évora (UÉ)
martinez@uevora.pt